



PARECER PRÉVIO Nº 25/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10178/2013.

Apensos: Processos nº 10028/2013, 11375/2014, 11024/2013, 10023/2013 e 10296/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Maués.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Juarez Frazão Rodrigues Junior - Defensor Público.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1036/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alves, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Maués. Exercício de 2012.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas anuais do **Sr. Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva**, referente ao exercício 2012, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º, da CF/88 c/c art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91, art. 1º, I, e art. 29, da Lei Orgânica TCE-AM e art. 3º, da Resolução nº TCE nº 09/97.

11- Ata: 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Julho de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.



PARECER PRÉVIO Nº 25/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 25/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 25/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10178/2013.

Apensos: Processo nº 10028/2013, 11375/2014, 11024/2013, 10023/2013 e 10296/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Maués.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Juarez Frazao Rodrigues Junior - Defensor Público.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1036/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Maués. Exercício de 2012.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual do Sr. Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva, relativa ao exercício de 2012, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, III, 19, II e 22, III, “b” e “c” da Lei Orgânica TCE/AM c/c art. 11, III, “a”, “2” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução TCE/AM nº 04/02 (Regimento Interno TCE/AM);

10.2. Aplicar Multa ao Sr. Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva, no valor de **R\$ 10.240,80** (dez mil, duzentos e quarenta reais e oitenta centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o cofre estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pelo atraso no encaminhamento do RREO dos seis bimestres de 2012, nos termos do art. 165, §3º, da Constituição Federal de 1988 c/c art. 308, I, “b”, do Regimento Interno do TCE/AM, com nova redação dada pela Resolução nº 04/2018. Dentro do prazo anteriormente conferido, é



ACÓRDÃO Nº 25/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 25/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva**, no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o cofre estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com base no art. 54, III, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 308, V, da Resolução TCE/AM nº 04/02, com nova redação dada pela Resolução nº 04/2018, por atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em injustificados danos ao erário citados no Relatório/Voto. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva**, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com base no art. 54, II, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM nº 04/02, com nova redação dada pela Resolução nº 04/2018, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial citados no Relatório/Voto. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;



ACÓRDÃO Nº 25/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 25/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.5. Considerar em Alcance o Sr. Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva**, no valor de **R\$ 6.376.282,61** (seis milhões, trezentos e setenta e seis mil, duzentos e oitenta e dois reais e sessenta e um centavos), que devem ser recolhidos na esfera municipal para a Prefeitura Municipal de Maués, em função das glosas especificadas na Informação nº 756/2018-DICAMI, às fls. 3185/3191, nos termos do art. 304, do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.6. Considerar em Alcance o Sr. Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva**, no valor de **R\$ 11.196.857,16** (onze milhões, cento e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos), que devem ser recolhidos na esfera municipal para a Prefeitura Municipal de Maués, face às restrições do Relatório Conclusivo nº 244/2018-DICOP, às fls. 3110/3184, nos termos do art. 304, do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.7. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno** que proceda à instauração de cobrança executiva, no caso de não-recolhimento dos valores acima imputados, nos moldes do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.8. Recomendar à Prefeitura Municipal de Maués:**
- 10.8.1.** Que observe as exigências do art. 4º, da Resolução TCE nº 10/2012 c/c o §1º, do art. 15, da Lei Complementar nº 06/91, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000, no sentido de que não ocorram mais atrasos no envio dos dados informatizados e os demonstrativos contábeis a este Tribunal;
- 10.8.2.** Que cumpra os ditames da LC nº 131/2009 e Lei nº 12527/2011 e providenciem a atualização dos instrumentos de transparência de gestão fiscal e a divulgação dos mesmos na internet ou no Portal da Transparência;
- 10.8.3.** Que observe com rigor as normas quanto à documentação relativa à prestação de contas dos recursos do FUNDEB a ser enviada a esta Corte de Contas, de acordo com a Resolução nº 11/12-TCE/AM c/c art. 27, da Lei 11.494/07;
- 10.8.4.** Que obedeça a legislação referente a elaboração de Projeto Básico para obras e serviços de Engenharia quanto aos documentos: Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Composição de Custo Unitário, Cronograma Físico-Financeiro, Projeto Arquitetônico (se couber) e/ou Projeto Geométrico (se couber); todos devidamente assinados por responsável técnico com o devido registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/AM e à exigência de



ACÓRDÃO Nº 25/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 25/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (art. 1º c/c art. 2º c/c art. 3º da Lei Federal Nº 6.496 de 07/12/1977 c/c o art. 1º c/c art. 2º c/c art. 3º da Resolução Nº 1.025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA).

- 11- **Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 3 de Julho de 2019.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
- 14- **Representante do Ministério Público:** Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral